

## Votação de projeto do megaleilão fica para 2019

Relator da proposta que abre caminho para rodada de licitações de R\$ 100 bilhões diz que adiamento foi decidido entre governo e equipe de transição, que divergem sobre a divisão com estados e municípios

GERALDA DOCA E  
AMANDAALMEIDA

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator do projeto de lei que abre caminho para a realização de um megaleilão do petróleo do pré-sal, disse ontem que a votação da proposta deve ficar para 2019. Segundo ele, esse entendimento foi firmado entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

O problema é a falta de acordo sobre a partilha com estados e municípios de parte da arrecadação que será obtida com o leilão, estimada em cerca de R\$ 100 bilhões. Essa divisão foi prometida por Guedes a governadores há duas semanas. No entanto, Guardia é contra a medida porque o repasse dos recursos aos governos regionais impacta o teto de gastos da União.

Para dividir o dinheiro, o governo terá que cortar o orçamento de

outras áreas. —Falei com Guardia e ele me disse que chegou a um entendimento com Guedes para deixar a votação para 2019 a fim de encontrar a melhor solução sobre a divisão dos recursos com estados e municípios —disse o senador.

PRESSÃO DOS ESTADOS

Os governadores pressionam o Senado a votar a proposta que permite a realização do leilão, mas querem que ela traga o compromisso de que eles vão receber uma fatia da arrecadação. —Não há problema com o projeto que está no Senado porque não há cláusula que trata da divisão dos recursos, mas os governadores não confiam que vão receber depois— disse uma fonte próxima à equipe econômica.

Governadores eleitos do Norte e do Nordeste foram ontem ao Congresso pedir a votação de propostas que ajudem a melhorar as finanças regionais. Segundo o governador reeleito do Piauí, Wellington Dias, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a pautar ainda esta semana os projetos que tratam da securitização da dívida ativa e o que prevê o repasse de recursos do fundo social do pré-sal para estados e municípios.

## Petrobras e Eletrobras renegociam dívidas

RAMONA ORDOÑEZ

A Petrobras fechou um novo acordo com a Eletrobras e sua subsidiária Amazonas Energia sobre dívidas referentes ao fornecimento de combustíveis. O acordo tem como principal objetivo facilitar o leilão da distribuidora de energia elétrica do Amazonas, marcado para o próximo dia 10. Foi prevista a recomposição de garantias e equacionamento de dívidas, revisão de contratos e a retirada pela Petrobras de uma ação na Justiça cobrando R\$ 3,7 bilhões em atraso.

Além disso, as dívidas da distribuidora serão transferidas para a Eletrobras GT, subsidiária da estatal de geração e transmissão. Eletrobras e Petrobras não revelaram o valor total das dívidas da distribuidora com a BR Distribuidora, mas fontes envolvidas no processo de privatização estimam que as dívidas totais das seis distribuidoras deficitárias da Eletrobras no Norte e Nordeste com a Petrobras chegaram a cerca de R\$19,7 bilhões.

Desse total, R\$ 13 bilhões são da Amazonas Energia. O acordo também estabelece regras para o fornecimento de gás para a geração de energia pela distribuidora na

região amazônica. Foram acertados aditivos a instrumentos de confissão de dívida que haviam sido assinados antes, em contrapartida à extinção da ação judicial movida pela petroleira.

### BOLSA EM QUEDA

Num movimento de aversão ao risco, as bolsas americanas despencaram ontem e o Ibovespa, índice de referência do mercado de ações brasileiro, acompanhou o movimento. Fechou em queda de 1,33%, aos 88.624 pontos, com volume financeiro de R\$ 15,2 bilhões. Pela manhã, o índice chegou a operar no patamar recorde de 90 mil pontos.

O dólar comercial interrompeu trajetória de queda e fechou em R\$ 3,85, alta de 0,44%. Houve influência do novo leilão de linha (venda de dólar com compromisso de recompra) pelo Banco Central, com oferta de US\$ 1 bilhão.

— A aversão ao risco aumentou (ontem) no mundo pelas dúvidas levantadas em torno da trégua comercial entre EUA e China. Ninguém sabe quanto tempo vai durar essa trégua — disse Pedro Galdi, operador da Mirae Asset.

(Colaborou João Sorima Neto)

## Brasília como ela é

A Esplanada brasiliense conta com 17 edifícios idênticos, mais os dois palácios que abrigam as pastas da Justiça e das Relações Exteriores. Desde a inauguração da cidade, em 1960, a crescente complexidade da administração pública e as imposições da política tornam o espaço insuficiente para comportar a estrutura do Executivo federal.

Ali, nos prédios em anexo e em outros pontos distribuídos pela capital, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), reunirá 22 ministérios —sete abaixo do número atual, mas também sete acima do anunciado na campanha para demonstrar o compromisso com o enxugamento do Estado e o fim do toma lá dá cá com os partidos.

Da promessa à realidade, a diferença beira os 50%. Boa parte do período de transição de governo tem sido consumida com o redesenho do primeiro escalão, ao qual não faltam sinais de improviso.

Depois de idas e vindas, acabou extinto o octogenário Ministério do Trabalho, cujas verbas de quase R\$ 90 bilhões anuais serão remanejadas para outros órgãos.

Sobreviveu, entretanto, a minúscula pasta do Turismo, criação fisiológica da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não conta com mais de R\$ 560 milhões no projeto de lei orçamentária para 2019. Seu comando caberá a um deputado do PSL de Bolsonaro.

Um hipertrofiado Ministério da Cidadania tratará de temas tão díspares como o programa Bolsa Família, a

Lei Rouanet de incentivo à cultura, as políticas sobre drogas e o fomento do esporte. O do Meio Ambiente, que acabou preservado, ainda não tem titular definido, assim como o dos Direitos Humanos.

É indiscutível, de todo modo, que o presidente eleito se manteve fiel ao propósito de extinguir o loteamento de cargos entre as legendas aliadas —aliás, nem mesmo há declarações formais de apoio ao governo até o momento.

Apenas seis dos ministros já indicados têm vida partidária, e as escolhas não estão ligadas a barganhas por votos no Congresso.

Também nessa seara, contudo, o futuro governo parece adaptar-se às exigências de Brasília. Nesta terça-feira (4), Bolsonaro dirigiu-se à capital para encontros com MDB e PRB. Nos próximos dias serão outras siglas, numa mudança em relação à estratégia de privilegiar entendimentos com bancadas temáticas como a dos ruralistas.

O eleito terá de buscar algum equilíbrio entre o imperativo de renovar as práticas da política nacional —sem o que frustrará seu eleitorado— e a necessidade de obter apoios para reformas econômicas tão indigestas quanto urgentes.

A tarefa é sempre menos árdua nos primeiros meses de mandato, enquanto prevalece a memória do resultado das urnas. O que não se viu ainda foi uma estratégia clara para o uso desse período precioso.